



IMIGRAÇÃO

Portugal se mexe para brasileiros

A fim de responder a mais de 150 mil pedidos de legalização, país europeu muda forma de atendimento

» VICENTE NUNES
» CORRESPONDENTE

Lisboa — A comunidade brasileira em Portugal não para de crescer, superando a marca de 400 mil neste mês, e mais de 150 mil esperam pela legalização no país. Os números surpreenderam o governo português, pela velocidade com que vêm crescendo. Especialistas apontam que o total de brasileiros vivendo em território luso poderá passar de 1 milhão nos próximos cinco anos.

Os dados mais recentes sobre a população brasileira em Portugal coincidem com o fim do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), cujas atividades foram divididas entre vários órgãos. A parte policial e de fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras do país ficou com a Polícia de Segurança Pública (PSP) e com a Guarda Nacional Republicana (GNR). Já a condução de processos envolvendo estrangeiros será feita pela Polícia Judiciária.

A parte que mais interessa aos brasileiros e aos demais imigrantes cabe, desde ontem, à Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Aima). É ela, em conjunto com os Institutos dos Registos e do Notariado (IRN), os cartórios locais, que tratará das documentações dos que desejam morar, trabalhar e estudar no país europeu.

E a agência já começa a operar com uma enorme fatura: 347 mil processos pendentes, a maioria, referente a autorizações de residência e a reagrupamentos familiares, quando algum cidadão autorizado a viver em Portugal deseja estender o benefício a familiares.

A ministra-adjunta de Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, à qual a Aima está subordinada, diz que há casais com autorização de residência que não conseguem dar o benefício aos filhos por causa da burocracia. O resultado disso é que muitas crianças imigrantes não podem sequer

Reprodução/SEF



Fachada do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras: instituição encerra as atividades, que serão divididas em outros órgãos do governo português

estudar ou ter acesso ao sistema público de saúde.

O trabalho da nova agência de imigração só tenderá a aumentar, sobretudo, a partir de março de 2024. Por uma razão simples: do dia 13 daquele mês em diante, começarão a vencer os vistos temporários de residência dados a cidadãos dos países da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP). Dos 199 mil documentos emitidos, cerca de 160 mil foram para brasileiros.

União Europeia

Esses vistos temporários, por sinal, abriram uma guerra entre

Portugal e a União Europeia. No final de setembro, o bloco abriu um processo contra o país e deu dois meses de prazo para que o governo português explique as razões para as autorizações de residência aos cidadãos da CPLP e justifique os vistos temporários para a procura de empregos no país. Essas autorizações não permitem o livre trânsito pelos países da União Europeia, o Espaço Schengen.

Com sérios problemas demográficos — a população portuguesa vinha encolhendo até 2019, quando voltou a crescer, graças, principalmente, à chegada de brasileiros no país —, Portugal

tem facilitado a vida de imigrantes, em especial, a dos brasileiros, que, no entender do governo, são os que mais facilmente se adaptam à cultura do país, além de serem ótimos trabalhadores.

Mas, ao mesmo tempo, há o medo de terrorismo na região. Por isso, a Comissão Europeia tem atuado para frear um pouco as ações do governo português. Os europeus não querem que Portugal seja uma porta de entrada liberada para extremistas.

A nova agência de imigração nasceu com 34 balcões de atendimento espalhados pelo país. A promessa do governo é de abrir outros 10 postos no espaço de

um ano. Além de investir pesado na digitalização dos serviços, especialmente para a renovação dos documentos daqueles que já estão regularizados, serão contratados mais 190 servidores. O orçamento inicialmente previsto é de 81 milhões de euros (R\$ 446 milhões).

A promessa do presidente da Aima, Luís Goes Pinheiro, é de promover um grande mutirão para reduzir as pendências no primeiro trimestre do próximo ano, com prioridade para o reagrupamento familiar. Hoje, há mais de 1 milhão de estrangeiros vivendo em Portugal, o correspondente a 10% da população.

QUESTÃO AGRÁRIA

Ataque a quilombolas faz mais uma vítima

» ISABEL DOURADO*

A violência contra líderes quilombolas prossegue sem trégua no Brasil. A vítima mais recente é o presidente da Associação de Moradores do Quilombo Jaibara dos Rodrigues, José Alberto Moreno Mendes, conhecido como Doka. Ele foi assassinado a tiros em frente de casa, no interior do Maranhão, na tarde da última sexta-feira.

O assassinato ocorreu no município de Itapecuru-Mirim (MA), a 120km da capital, São Luís. O líder tinha 47 anos e morava no povoado Jaibara dos Rodrigues, no Território Quilombola Monge Belo. Ele também era membro da Comissão do Território e do Conselho Quilombola da União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim (Uniquita). No momento do crime, estava acompanhado da filha, que não sofreu ferimentos.

Segundo informações da

Polícia Civil, Doka estava perto de casa, quando dois homens de moto se aproximaram e atiraram cinco vezes contra o líder quilombola. Três disparos acertaram a cabeça e dois atingiram as costas. Ele morreu no local. Um inquérito foi aberto para apurar a motivação do crime.

De acordo com o levantamento da Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Maranhão (Fetaema), Doka é o décimo quilombola assassinado no Maranhão entre 2020 e 2023. O caso é o quarto assassinato de liderança quilombola este ano, segundo a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq). Além disso, a instituição aponta que ao menos 35 quilombolas foram mortos nos últimos dez anos.

Em nota, a Conaq afirmou que toda violência direcionada ao povo quilombola é uma realidade desesperadora e preocupante. “É nosso dever alar-mar as autoridades públicas

Reprodução/Agência Brasil



José Alberto Mendes: executado a tiros perto de casa, no Maranhão

brasileiras sobre a situação da violência contra quilombolas no país”, informou a entidade.

A terra quilombola onde atua Doka foi reconhecida em 2005 pela Fundação Cultural Palmares. Entretanto a comunidade Monge Belo é uma das 168 do Maranhão que aguarda a titulação. Na avaliação do professor do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA) Fabiano Bringel, é necessário mais agilidade no

reconhecimento e demarcação dos territórios quilombola.

“Caso contrário, o sentimento de impunidade incentiva as violências de toda ordem sobre esses territórios. Outra política importante é criar mecanismos de empoderamento dessas comunidades para que possam denunciar a violação de direitos humanos e, também, participar efetivamente nos Conselhos de Segurança e Justiça dos Estados. Só dessa forma podemos frear a aplicação de um projeto genocida e etnocida aplicado junto a essas comunidades”, afirma Bringel.

O especialista também citou que a burocracia aumenta a insegurança das comunidades quilombolas. “Todo esse processo, além de levar a insegurança territorial, incentiva toda uma lógica agrobandida de eliminação biopolítica dos corpos dos quilombolas. Ou seja, temos, além do componente material da disputa pelos recursos, o incremento racial, de racismo ambiental e territorial que pesa sobremaneira em territórios do povo preto e de indígenas, em especial”, analisou o acadêmico.

Em nota, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos

do Maranhão (CEDDH/MA) manifestou repúdio ao crime. “Ao mesmo tempo protestamos contra a morosidade do Incra na tarefa de titulação desse território”, criticou a entidade.

Desmatamento

De acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o estado do Maranhão é o terceiro estado do país com o maior número de conflitos agrários. Em 2022, o estado registrou 102 áreas de conflito e sete mortes devido às disputas de terra no campo. Das sete vítimas, quatro eram indígenas, dois eram quilombolas e um era posseiro. De acordo com o levantamento, os municípios maranhenses de Mirador e Balsas são os com o maior número de disputas. O relatório da Comissão Pastoral da Terra aponta, ainda, o desmatamento como a principal causa dos conflitos agrários.

Segundo o Censo de 2022 do IBGE, o Nordeste concentra 68,19% dos quilombolas, com destaque para Bahia e Maranhão. Os dois estados respondem quase 50% dos quilombolas do país. Na Bahia, há 397,1 mil locais, e no Maranhão, 269,1 mil.

EDUCAÇÃO

Enem terá nova data a candidatos distantes

» VITÓRIA TORRES*

Em resposta às preocupações dos candidatos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) emitiu nota, ontem, para os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2023 alocados em escolas a mais de 30 km de suas casas, para realizar a prova. Segundo o Inep, os candidatos poderão fazer o exame numa data alternativa, em 12 e 13 de dezembro. Os locais serão anunciados posteriormente.

O edital do Enem estabelece um limite de alocação dentro de um raio máximo de 30km do endereço de residência informado durante a inscrição. Além disso, os candidatos que enfrentam a questão da distância e não podem comparecer nos dias regulares de aplicação, 5 e 12 de novembro, terão a oportunidade de fazer o Enem em dezembro.

O Inep se pronunciou após os estudantes se mostrarem apreensivos com a distância de seus locais de prova. Em alguns casos, os candidatos estavam a 70km do local onde fariam o exame. Muitos alegaram que essa situação tornava praticamente inviável a realização do exame. O Inep deixou claro que esses participantes não seriam prejudicados.

“Os inscritos para o Enem 2023 não serão prejudicados pela designação de locais de prova distantes de suas residências. As normas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) garantem alocação num raio máximo de 30 (trinta) quilômetros do domicílio informado na inscrição e o Cebraspe, instituição vencedora da licitação para a aplicação do Enem em 2023, já foi acionado para que sejam rigorosamente cumpridos todos os requisitos acordados”, informa a nota.

O Inep esclareceu que aproximadamente 1% do número total de candidatos, o que corresponde a cerca de 50 mil pessoas, enfrentam essa situação. A maioria dos casos está concentrada em grandes cidades, incluindo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. O comunicado destaca que não houve casos de inscritos alocados em municípios diferentes daqueles indicados por eles durante a inscrição, e a cidade de prova não pode ser alterada.

Pedido de análise

Os candidatos elegíveis para a aplicação do Enem nos dias 12 e 13 de dezembro devem enviar os pedidos para análise na Página do Participante do Enem, em uma aba específica para os inscritos interessados em submeterem solicitações, entre os dias 13 e 17 de novembro. O Inep se comprometeu em garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade justa de participar do exame, independentemente das limitações geográficas que possam enfrentar.

A metodologia do Enem é projetada para realizar a comparabilidade dos resultados e manter condições semelhantes entre os candidatos. A nota da prova pode ser usada para disputar vagas no ensino superior público, pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e financiamentos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

*Estagiárias sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza